

## O engodo do vestibular e os dilemas da classe média empobrecida

ANTONIO OZAI DA SILVA\*

Há certas coisas que parecem *naturais* e poucos se perguntam sobre as suas origens, significados e motivos de perenidade. É o caso do vestibular. Concebido por muitos como a maneira mais democrática de selecionar candidatos ao ensino superior, ou como um mal necessário, poucos se perguntam sobre a sua real função e os efeitos sobre o sistema de ensino e a sociedade. Por que?

O vestibular obedece à lógica da concorrência, à lógica do mercado, à qual nos submetemos. Organizamos a vida dos nossos filhos para concorrer, passar no vestibular e vencer. Tudo o que desejamos é a vitória deles, isto é, o ingresso nas melhores universidades. Para os que podem, isso não constitui problema: educados nas melhores escolas desde a tenra idade, possuidores de enorme *capital cultural*, veem a universidade como um corolário natural do seu estilo de vida e do *capital social* acumulado.

É natural o sentimento materno e paterno de protegê-los: sabemos como a vida é difícil e cabe-nos prepará-los para enfrentar os obstáculos. Para isso, precisamos acreditar na eficácia da educação enquanto fator de mobilidade social, ainda que sob o risco de

autoengano. A classe média remediada, dependente da agiotagem oficial (empréstimos, cheque especial, cartão de crédito etc.), aperta o cinto para manter os filhos nas escolas pagas – até porque também indica *status*. Mesmo os mais recalcitrantes, embora dilacerados em suas incertezas, rendem-se às evidências e exigências da lógica concorrencial.

Em certos casos, nem bem a criança parou de usar fraldas, os pais já decidiram, por precaução quanto ao futuro, colocá-la em uma escolinha, curso de inglês, informática etc. Algumas crianças têm a agenda tão lotada que mais parecem pequenos executivos. Em nome do bem-estar futuro corre-se o risco de negar à criança o direito de desfrutar a sua infância.

Não obstante, devemos reconhecer, o dilema dos pais não é fácil: eles têm o direito de arriscar o futuro dos filhos? Podem se dar ao luxo de negligenciar a sua educação em nome do questionamento da lógica do sistema? Trememos com a simples ideia de carregarmos pelo resto da vida a culpa por seus fracassos. A culpa também tende a ser assumida por eles, para os quais nosso esforço será como um fardo a carregar, a lembrá-los que devem corresponder às nossas expectativas:



\* ANTONIO OZAI DA SILVA é professor da Universidade Estadual de Maringá; doutorando na Faculdade de Educação (USP); autor de *História das Tendências no Brasil*.

mesclam-se sentimentos de gratidão com a necessidade de não decepcionar.

Essa lógica perversa se impõe como opções meramente individuais ou familiares. Não nos perguntamos sobre as contradições e desigualdades sociais ou a quem serve tudo isso, mas sim, como faremos para pagar a mensalidade da escola. Em um contexto de degradação socioeconômica essa é uma tarefa cada vez mais difícil. Passamos então a acreditar em teorias que servem para apaziguar a nossa angústia. Nos convencemos de que não há outra alternativa: nossos filhos devem ser preparados para passar pela prova de fogo do vestibular.

Somos vítimas de vários autoenganos. Em primeiro lugar, nada nos garante que, a despeito de todos os esforços, eles não fracassarão – em especial se disputarem os cursos mais concorridos. Segundo, a perspectiva de colocar os filhos na universidade é, no tempo presente, mais nossa que deles. Terceiro, nosso egoísmo nos cega para a realidade social: acreditamos piamente que os que vencem são os escolhidos e naturalizamos o fato de que milhares não passarão pelo funil do vestibular. Pior, muitos nem mesmo chegarão a concorrer: ficarão pelo caminho – diante das necessidades que a sobrevivência impõe – ou se auto excluíram no próprio processo de ensino. Esses serão os fracassados e toda a culpa será individualizada e imputada a eles.

Outro efeito do vestibular diz respeito aos dilemas vividos pela escola pública entre a intenção de formar cidadãos e preparar seus alunos para o vestibular. Cindida por essa dupla exigência insiste em priorizar o *método decoreba*, ainda predominante nos vestibulares. Os conteúdos precisam ser memorizados e a forma de verificação, a prova, também é, invariavelmente, utilizada como

instrumento do poder disciplinador. Eis outro engodo: a memorização de conteúdos não garante a aprendizagem dos mesmos. Em geral, o aluno memoriza para tirar a nota e passar de ano.

A ideia de que o vestibular é democrático é mais um engodo. Igualdade de oportunidades não é o mesmo que igualdade de condições. Como, em geral, o aluno da escola pública se encontra em situação desvantajosa, por sua condição social e pela realidade de sucateamento da educação, é ilusório imaginar que ele concorrerá nas mesmas condições que o aluno com maior *capital cultural e social*. É certo que algumas escolas públicas, em geral melhor situadas territorialmente, desmentem o mito de que a eficácia educacional só é possível na escola privada. Mas, sejam instituições ou indivíduos, as exceções confirmam a regra.

A lógica do vestibular, assumida por pais, professores e alunos, camufla o fato de que somos socialmente desiguais, que determinados grupos sociais tem acesso à cultura e à educação para além do sistema de ensino, o qual reproduz e legitima as desigualdades: vitoriosos e fracassados são analisados por pretensos dons e méritos individuais. Para uns o sucesso parece natural (o próprio fato de terem sido vitoriosos o comprovaria); a vitória de uns naturaliza o fracasso da maioria. É preciso observar que a seleção é também anterior ao vestibular.

Ensino privado, cursinhos preparatórios pagos etc., tudo nos parece muito natural: uns podem pagar a mercadoria educação; outros não, paciência! O mercado oferece as opções para prepararmos nossos filhos para vencer e temos a liberdade – e o dever, pensam muitos! – de fazer a escolha certa; ainda que essa tenha um alto custo econômico e ainda que necessitemos nos render à



agiotagem oficial ou nos submeter a uma excessiva carga de trabalho para manter a renda familiar. Mas mesmo o ingresso no ensino superior pode se revelar uma grande ilusão devido ao processo de desvalorização e inutilidade dos diplomas. Bem, restará a sensação do dever cumprido e da consciência tranquila.

Seria utopia imaginar a possibilidade de garantir ensino superior público e gratuito para todos, anulando-se a necessidade de processo seletivo para o ingresso na universidade? Ainda que seja utópico por que não pensarmos em outras alternativas que substituam o vestibular e fortaleçam a escola pública e não se restrinjam apenas a um momento da vida estudantil? Por que não adotar sistema de cotas para negros e para os estudantes oriundos de escolas públicas? Aliás, algumas universidades já o fazem.

Não seria o caso de ampliar as vagas no ensino superior público? De se investir mais na qualificação profissional e na estrutura educacional?

Contudo, o vestibular predomina. Esse mecanismo vicia e submete todo o sistema de ensino: do fundamental ao ensino médio torna-se o centro das preocupações e tudo é feito em sua função. Até mesmo o fato de o vestibular ter se transformado em fonte de receita para as universidades públicas (algumas chegam a fazer dois vestibulares anuais), também é encarado naturalmente. Quem ganha com o vestibular? A resposta parece óbvia e a pergunta redundante. Mas, confessemos, não nos fazemos essa pergunta nem questionamos a resposta. Em suma, há muitos interesses econômicos e políticos em jogo, daí a necessidade de mantê-lo.